



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2022
Processo administrativo n.º 7.533/2022

O Município de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul, através da Seção de Compras da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados que **ESTARÁ RECEBENDO PROPOSTAS** para a contratação direta de pessoa jurídica por dispensa de licitação, com fundamento no artigo 24, V, da Lei n.º 8.666/93, para a execução da obra de engenharia descrita no objeto do presente edital, as quais deverão ser apresentadas na Seção de Compras **até as 17hs30min do dia 21/03/2022**, observando as exigências estabelecidas no item 4.1 e seguintes deste edital.

O julgamento das propostas observará o critério de menor preço, **POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, regida pela Lei n.º 8.666/93, sendo que imediatamente depois do julgamento das propostas será aberto o prazo para que a participante detentora da proposta de menor preço apresente os documentos necessários para comprovar habilitação compatível com o objeto, nos termos do item 6.1 e seguintes deste edital.

Órgão Interessado: Secretaria Municipal de Esporte.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Dispensa de Licitação a contratação de empresa para a execução de obra de Modernização da Quadra de Esportes do Bairro Sulina, as quais serão executadas com recursos financeiros do Governo Federal, a serem repassados através do Ministério da Cidadania, e de contrapartida do Município, de acordo com o Contrato de Repasse nº 892556/2019/MC/CAIXA, e com as especificações técnicas descritas no memorial descritivo, no orçamento discriminado, nos projetos técnicos e no cronograma físico-financeiro que são partes integrantes deste edital de licitação, independentemente de transcrição.

2. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

2.1. A interessada deverá observar dia, local e horário para envio da proposta e, posteriormente, dos documentos de habilitação.

2.2. Excepcionalmente, o prazo para apresentação das propostas poderá ser prorrogado pela Seção de Compras quando, por limitações do mercado ou por manifesto desinteresse das empresas do ramo pertinente ao objeto a ser contratado, ficar demonstrada a impossibilidade de obtenção do número mínimo de 03 (três) licitantes até a data estabelecida no preâmbulo deste edital.

2.3. Quando não for obtido o número mínimo de participantes e este edital, justificadamente, não puder ser repetido sem prejuízo para a Administração, essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo pela Seção de Compras.

2.4. O presente edital será divulgado na imprensa oficial e no sítio eletrônico do Município e também mediante o envio de convites por e-mail pela Seção de Compras a empresas do ramo pertinente ao objeto, cadastradas ou não no Cadastro de Fornecedores do Município de Santa Rosa.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste edital todas as pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação, com a exceção daquelas que:

- a)** estejam proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b)** não atendam às condições deste edital e seus anexos;
- c)** se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93;
- d)** estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

- e) forem estrangeiras e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- f) na condição de entidades empresariais estejam reunidas em consórcio;
- g) atuem na condição de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP (Acórdão n.º 746/2014-TCU-Plenário).

4. DA PROPOSTA

4.1. Dentro do prazo estabelecido no preâmbulo deste edital, a proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração Pública Municipal em 60 (sessenta) dias, deverá ser encaminhada por e-mail ou apresentado em envelope fechado, contendo no anverso a indicação **“EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2022 – PROPOSTA”**, seguida do nome da empresa, diretamente na Seção de Compras da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a qual está localizada no Palácio Municipal 14 de Julho (Centro Administrativo), na Av. Expedicionário Weber, n.º 2.983, no Bairro Cruzeiro.

4.1.1. O e-mail para encaminhamento das propostas é cotacao@santarosa.rs.gov.br.

4.1.2. Será admitido o envio de mais de um e-mail ou envelope, todavia, somente para complementar (envio de documentos em mais de um envelope, e-mail) ou corrigir documentos (apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas), mas desde que não venham a causar prejuízos aos demais participantes e que sejam encaminhados dentro do prazo máximo estabelecido no preâmbulo deste edital, sendo expressamente vedada a alteração do teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou em relação a quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais.

4.2. A PROPOSTA DA EMPRESA DEVERÁ SER SUBSCRITA POR SEU REPRESENTANTE LEGAL, OU POR PROCURADOR HABILITADO (DEVE SER COMPROVADO PODERES), E DEVERÁ SER APRESENTADA EM PAPEL IDENTIFICADO (TIMBRE, IMPRESSÃO OU CARIMBO) QUE CONTENHA, NO MÍNIMO, A RAZÃO SOCIAL E O ENDEREÇO DA MESMA, **SENDO QUE NO CASO DE SER ENVIADA POR E-MAIL A PROPOSTA DEVERÁ ESTAR DIGITALIZADA OU ASSINADA ELETRÔNICAMENTE.**

4.3. A proposta deverá conter obrigatoriamente, sob pena de desclassificação:

- a) os dados da empresa e de seu representante legal, conforme modelo sugerido no anexo II;
- b) descrição completa e exata do objeto para o qual está apresentando proposta, conforme modelo sugerido no anexo II;
- c) coluna de preços preenchida, sem rasuras, borrões ou emendas, conforme modelo sugerido no anexo II;
- d) orçamento discriminado e o cronograma físico-financeiro da obra, em conformidade com os itens solicitados na planilha orçamentária e no memorial descritivo fornecidos pelo Município;
- e) a composição detalhada do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) referente à proposta, onde deverão constar, no mínimo, os percentuais adotados para os componentes: taxa de rateio de administração central; percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contrato, taxa de risco, seguro e garantia de empreendedorismo e taxa de lucro;
- f) detalhamento de encargos sociais, esse para empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o artigo 13, § 3.º, da Lei Complementar n.º 123/06;
- g) declaração subscrita pelo representante legal da empresa de que atende os requisitos para contratação, conforme modelo sugerido no anexo III;
- h) declaração de conhecimento do local de execução do objeto, devidamente assinada pelo representante legal da empresa e pelo profissional que será o responsável técnico pela execução da obra, conforme modelo sugerido no anexo IV;
- i) declaração subscrita pelo representante legal da empresa informando qual é o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) que representa a atividade de maior receita da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

empresa (Lei Federal n.º 12.546/11 e Instrução Normativa RFB n.º 1.436/13), conforme modelo sugerido no anexo V.

4.4. Os preços devem ser cotados em moeda corrente nacional (real).

4.4.1. A esse propósito vale referir a Lei n.º 9.069/95, que no parágrafo 2.º do artigo 1.º prevê que a centésima parte do real, denominada “centavo”, será escrita sob a forma “decimal”, precedida da vírgula que segue a unidade.

4.4.2. Por este motivo, as propostas que apresentarem a milésima parte do real, escrita sob forma centesimal (três casas após a vírgula, por exemplo, R\$ 1,234), terão desconsiderada a 3.ª casa no julgamento da proposta e em caso de empate ocorrerá o sorteio.

4.5. As propostas deverão ser preenchidas de forma digitada e/ou datilografada.

4.6. A proposta que não estiver assinada pelo proponente ou por seu representante legal e que não possuir a identificação da empresa será desclassificada, observando-se além disso o seguinte:

a) a não indicação do(s) item(ns) e demais exigências constantes neste edital e em seus anexos, bem como rasuras ou emendas, particularmente no que diz respeito a valores cotados, poderão ensejar sua anulação;

b) a execução deverá ser de acordo com a solicitada no edital;

4.7. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste edital, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexecutíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem preços irrisórios ou superiores ao valor máximo estabelecido no anexo I deste edital.

4.8. A apresentação de proposta implica na aceitação, por parte do participante, das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, carecendo de validade qualquer nova proposição apresentada em desacordo com as referidas condições.

4.9. As propostas serão analisadas para identificar erros aritméticos nos preços propostos, os quais serão corrigidos pela Seção de Compras na conformidade do seguinte critério:

a) havendo diferença de valores entre números e expressões, prevalecerá o valor indicado pela expressão;

b) havendo diferença entre um valor unitário e o valor total, resultante da multiplicação deste unitário, prevalecerá o valor unitário e a quantidade para apuração do total;

c) o erro de adição será retificado conservando-se as parcelas corretas e alterando-se o total proposto pelo total corrigido.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

5.1. A proposta será analisada e julgada de acordo com os documentos integrantes deste edital, utilizando-se, para tanto, o critério de **menor preço POR ITEM**, ressalvados os casos em que, pela avaliação da Administração, devidamente instruída, se enquadre nos textos do § 3.º do artigo 44 ou do inciso II do artigo 48, ambos da Lei n.º 8.666/93, para os quais aplicar-se-á o disposto no item seguinte deste edital.

5.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários e/ou globais superiores aos indicados na planilha orçamentária base fornecida pelo Município, a qual é parte integrante deste edital, ou que, após análise, contiverem preços manifestamente inexecutíveis.

5.2.1. No caso da proposta ser considerada inexecutível, antes da desclassificação, será marcado, por escrito, o prazo de até 05 (cinco) dias corridos para que o participante prove, por escrito, a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.

5.2.2. Se a justificativa não for aceita, efetivar-se-á a desclassificação.

5.3. Serão também desclassificadas as propostas que contiverem condições de pagamento e de execução diferentes das estipuladas neste edital, bem como as que oferecerem redução de preços sobre a menor proposta ou contrariarem a legislação vigente.

5.4. Verificada absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas e, após obedecido o disposto no parágrafo 2.º do artigo 3.º da Lei n.º 8.666/93, será decidida por sorteio.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

5.5. As propostas serão ordenadas de acordo com o menor preço apresentado, sendo imediatamente notificado para apresentação dos documentos de habilitação o participante detentor da proposta classificada em primeiro lugar.

5.6. O vencedor ficará obrigado a manter os compromissos assumidos em razão deste edital, exceto se ocorrer a hipótese prevista no § 3.º do artigo 64 da Lei n.º 8.666/93.

5.7. O julgamento e análise das propostas será realizado pela Seção de Compras em conjunto com a equipe técnica da secretaria competente, no que couber.

5.8. Durante o julgamento das propostas, o responsável pelo julgamento poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e/ou sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Encerrado o julgamento das propostas, a Seção de Compras convocará a empresa vencedora para apresentar os documentos de habilitação **no prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação.

6.1.1. Mediante pedido fundamentado, poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período e a critério do Município, o prazo para apresentação dos documentos.

6.1.2. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser subscritos por seu representante legal, ou por procurador habilitado, e deverão ser apresentados em papel identificado (timbre, impressão ou carimbo) que contenha no mínimo, a razão social e o endereço da mesma.

6.2. Recomenda-se que a empresa leia com atenção a relação de documentos e que, havendo alguma dúvida quanto aos mesmos, peça os devidos esclarecimentos à Seção de Compras para que os apresente no prazo e na forma correta, a fim de não ser inabilitada.

6.3. O julgamento e análise dos documentos de habilitação será realizado pela Seção de Compras em conjunto com a equipe técnica da secretaria competente, no que couber.

6.3.1. Será admitido o complemento dos documentos em caso de envio parcial anterior, mas desde que ocorra dentro do prazo estabelecido no item 6.1.

6.4. Durante o julgamento dos documentos, o responsável pelo julgamento poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos mesmos e/ou sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.5. Dentro do prazo estabelecido no item 6.1 deste edital, a empresa deverá encaminhar os documentos de habilitação por e-mail ou em envelope fechado, contendo no anverso a indicação **“EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2022 – HABILITAÇÃO”**, seguida do nome da empresa, diretamente na Seção de Compras.

6.5.1. O e-mail para encaminhamento dos documentos é *cotacao@santarosa.rs.gov.br*.

6.6. Para participar deste edital de dispensa de licitação, as empresas **CADASTRADAS** na Seção de Compras da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda deverão apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos, sob pena de inabilitação:

a) habilitação jurídica – Certificado de Registro Cadastral

1) cópia do Certificado de Registro no Cadastro de Fornecedor – CRC do Município de Santa Rosa, RS, pertinente ao ramo do objeto da licitação e que esteja vigente e com todas as certidões negativas atualizadas e em plena vigência, conforme determina a Instrução Normativa Municipal n.º 005/2016;

b) qualificação técnica

1) Certificado de Registro da empresa no CREA ou no CAU (pessoa jurídica), devidamente atualizado e em pleno vigor;

2) Certificado de Registro no CREA ou no CAU do responsável técnico pela execução do objeto (pessoa física), devidamente atualizado e em pleno vigor;

3) declaração designando o responsável técnico pela execução da obra e discriminando a qualificação técnica deste;

4) comprovante de vínculo do responsável técnico com a participante, da seguinte forma:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

a) em se tratando de sócio(s) da empresa, por intermédio da apresentação de cópia do contrato social ou documento equivalente;

b) no caso de empregado(s), mediante cópia da(s) Carteiras(s) de Trabalho devidamente registrada(s);

c) no caso de contrato de prestação de serviços, mediante cópia do contrato.

5) declaração de que possui à disposição os equipamentos, máquinas e mão de obra necessários para o cumprimento do objeto deste edital.

6) atestado de capacitação técnico-profissional, com a Anotação de Responsabilidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente (CREA OU CAU), em nome do profissional indicado como responsável técnico pela execução da obra, comprovando que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível em características como o ora dispensado e que tenha abrangido o serviço de maior relevância abaixo listado, conforme descrito pela Seção de Arquitetura e Engenharia:

- **Estruturas metálicas;**
- **Instalações hidrossanitárias;**
- **PPCI; e**
- **Reforma.**

Observação 1: O atestado de capacidade técnica deverá conter, obrigatoriamente, a ART ou a RTT do responsável técnico da empresa.

Observação 2: Não será aceito atestado de serviço inacabado ou executado parcialmente ou, ainda, em consórcio com outras empresas.

6.7. As empresas **NÃO CADASTRADAS** na Seção de Compras da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, deverão apresentar, obrigatoriamente, **ALÉM DOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDOS NA ALÍNEA “B” DO ITEM 6.6**, os seguintes documentos, sob pena de inabilitação:

a) habilitação jurídica

1) cópia do respectivo ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

2) comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

3) cópia de decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4) certidão de registro comercial, se empresa individual.

b) regularidade fiscal e trabalhista

1) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

2) prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3) comprovação de regularidade para com as fazendas municipal, estadual e federal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, referente a todo e qualquer tributo, inclusive em relação à dívida ativa tributária, mediante a juntada de:

a) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de tributos municipais, comprovando a regularidade da requerente para com a Fazenda Municipal, atualizada e em plena vigência;

b) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos estaduais emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, comprovando a regularidade da requerente para com a Fazenda Estadual, atualizada e em plena vigência;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

c) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751/14, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando a regularidade da requerente para a Fazenda Federal, atualizada e em plena vigência;

4) comprovação de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), atualizado e em pleno vigor.

5) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452/43, e do artigo 29, inciso V, da Lei n.º 8.666/93.

c) qualificação econômico-financeira

1) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

2) A comprovação da capacidade financeira será realizada através do Certificado de Registro de Fornecedor, fornecido pelo Município de Santa Rosa, no qual deverá constar que a empresa licitante está apta na data de abertura dos envelopes de habilitação, conforme determina a Instrução Normativa Municipal nº 005/2016 e suas alterações.

2.1. Além de estar apta, na forma do item 3.2.13, a licitante deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido não inferior a R\$ 53.584,42 (cinquenta e três mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do contrato, nos termos do artigo 31, §§ 2.º e 3.º, da Lei Federal nº 8.666/93, o qual deverá ser devidamente demonstrado através de cópia do balanço patrimonial, autenticada conforme o item 3.13.

Observação 1: Para fins de comprovação de patrimônio líquido a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial do último exercício social, transcrito o Livro Diário e este registrado no órgão competente.

Observação 2: Quando a licitante apresentar o balanço patrimonial enviado pela Escrituração Contábil Digital (ECD) através do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverá, juntamente com o mesmo, apresentar o Recibo de Entrega da ECD/SPED do exercício a que se refere o balanço apresentado.

6.8. O CERTIFICADO DE FORNECEDOR DEVERÁ SER ATINENTE AO RAMO DO OBJETO A SER LICITADO, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

6.9. Serão inabilitadas as empresas:

- a) que não apresentarem todos os documentos descritos no item 6.6 e no item 6.7;
- b) que apresentarem documentos desatualizados ou com prazo de vigência vencido.

6.10. Em qualquer época ou oportunidade ainda poderão ser exigidos documentos ou informações complementares, previstas na Lei n.º 8.666/93.

6.11. OS DOCUMENTOS SOLICITADOS NO ITEM 6.6 E NO ITEM 6.7 PODERÃO SER APRESENTADOS EM UMA ÚNICA VIA: EM ORIGINAL; EM CÓPIA AUTENTICADA EM CARTÓRIO OU EM CÓPIA SIMPLES, ACOMPANHADA DO ORIGINAL, PARA SER AUTENTICADA POR SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DA SEÇÃO DE COMPRAS OU INTEGRANTES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

6.11.1. OS DOCUMENTOS EXTRAÍDOS DE SISTEMAS INFORMATIZADOS (INTERNET) FICARÃO SUJEITOS À VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DE SEUS DADOS PELA ADMINISTRAÇÃO.

6.12. O Certificado de Fornecedor somente será considerado válido mediante conferência e autenticação pela Seção de Compras.

6.12.1. A conferência das informações contidas no Certificado de Fornecedor ocorrerá durante a fase de habilitação e será realizada através de sistema informatizado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

7. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

7.1. As obrigações decorrentes desta dispensa serão estabelecidas em contrato, cuja minuta constitui o anexo VI deste edital.

7.2. A contar da data de sua assinatura, o contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses e se encerrará concomitantemente com a declaração de cumprimento integral de seu objeto pela secretaria interessada.

7.2.1. Excepcionalmente, a vigência do contrato poderá ser prorrogada mediante termo aditivo e aprovação do Município, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

7.3. Aprovada e homologada a dispensa, a Administração Pública convocará o participante vencedor para assinar o contrato, através de seu representante devidamente credenciado, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias a partir do recebimento da convocação.

7.3.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a critério do Município.

7.4. É facultado ao Município, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital por descumprimento total da obrigação assumida, conforme previsto no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93.

8. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com as normas da Lei Federal n.º 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme previsto na Lei e na minuta do contrato, que é parte integrante deste edital.

8.2. O objeto deverá ser executado em conformidade com os projetos e desenhos técnicos, com o memorial descritivo, com o orçamento e com o cronograma físico-financeiro que constam no processo acima mencionado e que igualmente são partes integrantes deste edital, independentemente de transcrição.

8.3. A execução realizada em desacordo com as disposições previstas neste edital, na minuta de contrato, no memorial descritivo, no orçamento, no cronograma físico-financeiro e nos projetos técnicos poderá resultar na aplicação das sanções previstas na minuta de contrato.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado de acordo com o cronograma físico-financeiro e depois da liquidação do empenho, mas desde que atendidas as regras e exigências previstas na minuta de contrato.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa decorrente da execução do objeto deste edital correrá à conta do crédito aberto através da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Ação	Elemento
15	2	1118	34490510000000000000

11. DA ALTERAÇÃO, DO REEQUILÍBRIO E DO REAJUSTE DO CONTRATO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

11.1. As condições necessárias para a alteração do contrato e para a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro e/ou de reajuste do valor contratado, conforme o caso, são aquelas estabelecidas na Lei e na minuta de contrato.

12. DA GARANTIA

12.1. A contratada deverá apresentar garantia para a execução do contrato até 10 (dez) dias úteis depois da assinatura do contrato, em importância equivalente a 5% (dez) do valor total do contrato, devendo ter validade durante a execução do contrato e pelo período de até 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência do contrato, cabendo à licitante optar por uma das modalidades elencadas no § 1.º do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia; ou,
- c) fiança bancária.

12.1.1. Excepcionalmente, o prazo estabelecido no item 12.1 poderá ser prorrogado mediante termo aditivo e aprovação do Município, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a apresentação da garantia solicitada no prazo acordado, sendo que o pedido de prorrogação deverá ser requerido oficialmente e por escrito pela licitante vencedora, com as devidas justificativas.

12.1.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia poderá resultar na aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento), e/ou na rescisão do contrato.

12.1.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o Município a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93.

12.2. A caução em dinheiro deverá ser depositada em favor do Município, em conta específica em instituição financeira a ser indicada pela Seção de Contabilidade da Secretaria de Administração e Fazenda, com correção monetária.

12.3. Caso a contratada opte por apresentar títulos da dívida pública, os mesmos deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido no contrato, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aquelas previstas no artigo 2.º da Lei Federal n.º 10.179/01.

12.4. Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil.

12.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger todo o prazo de execução do contrato e, ainda, um período de, no mínimo, 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

12.5.1. Em caso de prorrogação do contrato, a garantia oferecida deverá ser estendida de forma a contemplar o novo período.

12.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados ao Município decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Município à licitante; e
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

12.7. Não será aceita prestação de garantia em cujos termos não constem expressamente todos os eventos indicados nas alíneas "a" a "d" do item 12.6, supra.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

12.8. A garantia servirá para o fiel cumprimento do contrato, respondendo inclusive pelas multas eventualmente aplicadas.

12.9. O Município fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da contratada, de seu preposto ou de quem em seu nome agir.

12.9.1. A autorização contida no item imediatamente acima é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

12.10. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93.

12.11. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da licitante vencedora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

12.12. A garantia será restituída automaticamente, ou por solicitação, no prazo de até 90 (noventa) dias contados do final da vigência do contrato ou da rescisão, em razão de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei, somente após comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

12.12.1. Caso a contratada não efetive o cumprimento dessas obrigações até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual ou da rescisão, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pelo Município.

12.13. A devolução da garantia ficará condicionada à comprovação pela contratada da inexistência de débitos trabalhistas.

12.14. A devolução da garantia contratual pressupõe, por sua essência, a plena satisfação de todas as obrigações contratuais, e também envolve, por certo, a quitação dos encargos de índole trabalhista advindas da execução do contrato. Assim, mostra-se justo e coerente condicionar a devolução da garantia contratual face à prova de quitação de todas as verbas trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto contratado.

12.15. Na hipótese de inexecução e/ou atraso na execução do objeto, a garantia somente será devolvida após a apuração da aplicabilidade de sanção administrativa, descontados os valores correspondentes a eventuais multas aplicadas.

12.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente no pagamento de qualquer obrigação decorrente da execução do contrato, inclusive de multas, a licitante vencedora deverá proceder à respectiva reposição desse valor no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis contados da data em que for notificada pelo Município, através da Secretaria competente.

12.17. Caso ocorra a prorrogação da vigência ou a alteração do valor do contrato, observadas as disposições constantes nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, a contratada deverá, a cada celebração de termo aditivo, providenciar a devida renovação da garantia prestada, tomando-se por base o valor atualizado do contrato.

12.18. O Município não executará a garantia somente na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pela contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

12.19. Cabe ao próprio Município apurar a isenção da responsabilidade prevista no item acima, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Município.

12.20. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não previstas no item 12.18.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

12.21. Será considerada extinta a garantia:

- a)** com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Município, mediante termo circunstanciado, de que a licitante cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b)** no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso o Município não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

12.22. A licitante autoriza o Município a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste instrumento convocatório e no contrato.

12.23. Sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, a garantia reverterá ao Município no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da contratada.

12.24. O não cumprimento do disposto no item 12.1 torna inválido o contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação e sujeitando a licitante às sanções administrativas previstas no presente edital.

12.25. A perda da garantia em favor do Município, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

13. DA RESCISÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato poderá ser rescindido no caso de não cumprimento ou de cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos pela contratada, ou nos casos previstos no artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, conforme previsto na minuta do contrato.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, o Município poderá penalizar a contratada com as sanções previstas na minuta de contrato, inclusive quanto a fatos ocorridos anteriormente à assinatura do contrato.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Lembrete às empresas participantes: verificar se o Certificado de Registro de Fornecedor junto à Seção de Compras da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda está vigente e com todas as certidões negativas atualizadas, caso pretendam utilizar o mesmo para substituir os documentos de habilitação.

15.2. Os interessados poderão obter esclarecimentos adicionais sobre este edital na Seção de Compras da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a qual está localizada no Palácio Municipal 14 de Julho (Centro Administrativo Municipal) na Avenida Expedicionário Weber, n.º 2.983, no Bairro Cruzeiro, ou pelo telefone (55) 3511-5100, ramal 280, no horário de expediente da Administração Municipal.

15.3. O presente edital será processado de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93.

15.4. A participação neste edital implica em concordância tácita, por parte do participante, com todos os termos e condições do mesmo.

15.5. O Município poderá revogar o presente edital por motivo de interesse público, bem como anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou mediante provocações de terceiros.

15.5.1. A anulação do procedimento, por motivo de ilegalidade, não gera obrigações de indenizar, por parte do Município, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei Federal n.º 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

15.6. A decisão da Seção de Compras somente será considerada definitiva depois de homologada pela autoridade competente ou pelo seu representante legal ou eventual.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de seu início e incluir-se-á o dia do vencimento.

15.7.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente na Administração Pública Municipal de Santa Rosa.

15.8. O Foro de Santa Rosa, RS, é eleito para dirimir qualquer litígio advindo deste edital.

16. DOS ANEXOS

16.1. Fazem parte do presente edital os seguintes documentos:

- ANEXO I** - Especificação do objeto;
- ANEXO II** - Modelo de proposta de preços;
- ANEXO III** - Modelo de declaração de atendimento dos requisitos para contratação;
- ANEXO IV** - Modelo de declaração de conhecimento do local de execução do objeto;
- ANEXO V** - Modelo de declaração de atividade de maior receita - CNAE;
- ANEXO VI** - Minuta de contrato.

Santa Rosa, 14 de março de 2022.

FABIANE VIEIRA,
Chefe da Seção de Compras,
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

ANEXO I

EDITAL DE DISPENSA n.º 01/2022
(processo administrativo n.º 7.533/2022)

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Qtde	Un	Descrição
1	Un	Contratação de empresa para a execução de obra de Modernização da Quadra de Esportes do Bairro Sulina, as quais serão executadas com recursos financeiros do Governo Federal, a serem repassados através do Ministério da Cidadania, e de contrapartida do Município, de acordo com o Contrato de Repasse nº 892556/2019/MC/CAIXA, e com as especificações técnicas descritas no memorial descritivo, no orçamento discriminado, nos projetos técnicos e no cronograma físico-financeiro que são partes integrantes deste edital de licitação, independentemente de transcrição.
VALOR TOTAL (materiais + mão de obra)		R\$ _____ (_____)

- 1) Conforme o orçamento que é parte integrante deste edital, o **valor máximo aceitável** para esta licitação será de **R\$535.844,26** (quinhentos e trinta e cinco mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos).
- 2) Para fins de julgamento, as propostas deverão observar os valores máximos unitários e/ou globais estabelecidos na planilha orçamentária disponibilizada pela Secretaria competente, sob pena de desclassificação.

Data: ____/____/2022.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

ANEXO II

(modelo de proposta de preços)

PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Município de Santa Rosa, RS:

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Senhor(a) _____, portador da carteira de identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, interessada em participar do edital de **Dispensa de Licitação n.º 01/2022**, propõe a esse Município o fornecimento do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

Qtde	Un	Descrição
1	Un	
VALOR TOTAL (materiais + mão de obra)		R\$ _____ (_____)

1) Dados da empresa para celebração de contrato:

- a) Razão Social: _____
b) CNPJ n.º: _____
c) Inscrição Estadual n.º: _____
d) Endereço: _____
e) Fone: _____ Fax (se houver): _____
f) E-mail: _____
g) CEP: _____
h) Cidade: _____ Estado: _____

2) Dados bancários da empresa (conta em nome da pessoa jurídica e preferencialmente em bancos oficiais):

- a) Banco: _____
b) Conta Corrente: _____ Agência: _____

3) Dados do responsável pela assinatura do contrato (deve ser o responsável legal, caso representado por terceiro, deverá ser apresentada procuração concedendo poderes ao outorgado):

- a) Nome: _____
b) CPF n.º: _____
c) RG n.º: _____
d) Endereço: _____
e) Fone para contato: (____) _____
f) E-mail: _____
g) CEP: _____
h) Cidade: _____ Estado: _____
i) Cópia simples do RG ou Carteira Nacional de Habilitação.
Data: ____/____/2022

Representante Legal
(nome completo e cargo que ocupa na empresa participante)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

ANEXO III

(modelo de declaração de atendimento dos requisitos para contratação)

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Senhor(a) _____, portador da carteira de identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei e para fins de participação no edital de **Dispensa de Licitação n.º 01/2022**, que:

- a)** não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, estando em plena conformidade com o inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;
- b)** não foi declarada inidônea por ato do Poder Público de qualquer esfera de Governo;
- c)** não está impedida de contratar com a Administração Pública;
- d)** não se enquadra nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei Federal n.º 8.666/93;
- e)** não há fato superveniente impeditivo da sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme dispõe a Lei Federal n.º 8.666/93;
- f)** concorda com as regras e exigências contida no edital e na minuta de contrato.

Data: ____/____/2022.

Representante Legal

(nome completo e cargo que ocupa na empresa participante)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

ANEXO IV

(modelo de declaração de conhecimento do local de execução do objeto)

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados, _____, Carteira de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, na qualidade de _____ da empresa _____, CNPJ n.º _____, sediada na cidade de _____, na Rua _____, n.º _____, Bairro _____; e _____ (engenheiro/arquiteto), inscrito no _____ (CREA/RS ou CAU/RS) sob o n.º _____, na qualidade de responsável técnico da referida empresa, **DECLARAMOS**, sob as penas da Lei, que temos pleno conhecimento do local de execução, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos referentes ao objeto do edital de **Dispensa de Licitação n.º 01/2022** e que concordamos com todas as especificações técnicas descritas no edital da licitação e nos respectivos memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro e projeto que são partes integrantes do mesmo.

Para que surta os efeitos legais.

Data: ____/____/2022

Representante Legal

(nome completo e cargo que ocupa na empresa participante)

Responsável Técnico

(nome completo e número de inscrição no CREA/RS ou no CAU/RS)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

ANEXO V

(modelo de declaração de atividade de maior receita – CNAE)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Senhor(a) _____, portador da carteira de identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei e para os fins do edital de **Dispensa de Licitação n.º 01/2022**, que:

a) a atividade principal (de maior receita auferida no ano-calendário anterior) da empresa, nos termos do artigo 17 da Instrução Normativa RFB n.º 1.436/2013, enquadra-se no grupo _____ da CNAE 2.0: _____ *descrever a atividade* _____;

b) optou por:

(☐) **recolher** a contribuição previdenciária incidente sobre o valor da receita bruta (CPRB), em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento previstas nos incisos I e III do *caput* do artigo 22 da Lei Federal n.º 8.212/1991, na forma do *caput* do artigo 7.º da Lei Federal n.º 12.546/2011 e do inciso V do artigo 13 da Instrução Normativa RFB n.º 1.436/2013;

(☐) **não recolher** a contribuição previdenciária incidente sobre o valor da receita bruta (CPRB), em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento previstas nos incisos I e III do *caput* do artigo 22 da Lei Federal n.º 8.212/1991, na forma do *caput* do artigo 7.º da Lei Federal n.º 12.546/2011 e do inciso V do artigo 13 da Instrução Normativa RFB n.º 1.436/2013;

c) tem conhecimento de que a opção tem caráter irretratável, conforme o § 16 do artigo 9.º da Lei Federal n.º 12.546/2011 e o § 2.º do artigo 13 da Instrução Normativa RFB n.º 1.436/2013.

Data: ____/____/2022.

Representante Legal

(nome completo e cargo que ocupa na empresa licitante)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

ANEXO VI
(minuta de contrato)

CONTRATO DE EMPREITADA POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL N.º QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA E

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA, RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 88.546.890/0001-82 e com sede administrativa na Avenida Expedicionário Weber, n.º 2.983, no Bairro Cruzeiro, nesta cidade de Santa Rosa, RS, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **ANDERSON MANTEI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Santa Rosa, RS, portador do CPF n.º 460.300.420-68 e do RG n.º 6008913458, em pleno e regular exercício de seu mandato.

CONTRATADA

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º e com sede na Rua, n.º, na cidade de, neste ato representada pelo seu Ilmo., Senhor, residente e domiciliado na Rua, n.º, CEP-..., na cidade de, portador do CPF n.º e do RG n.º

Têm entre si ajustadas e contratadas, de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93; com o processo administrativo n.º 7.533, de 02/03/2022, da Secretaria Municipal de Esporte e com o instrumento convocatório da Dispensa de Licitação n.º **01/2022**, as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto deste contrato é a contratação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE para executar obras de modernização da quadra de esportes localizada na praça do Bairro Sulina, conforme descrito no anexo I do edital da dispensa de licitação;

1.2. O objeto será executado com recursos financeiros do Governo Federal, por intermédio do Ministério da Cidadania, e de contrapartida do CONTRATANTE, de acordo com o Contrato de Repasse n.º 892556/2019/MC/CAIXA.

1.3. A execução do objeto deverá ocorrer em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no respectivo memorial descritivo, orçamento discriminado, cronograma físico-financeiro e desenhos técnicos elaborados pela Seção de Arquitetura e Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação, que são partes integrantes deste contrato, independentemente de transcrição.

1.4. Este contrato vincula-se ao edital da Dispensa de Licitação supracitada e à proposta da CONTRATADA, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto descrito na Subcláusula 1.1 será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. A contar da data de sua assinatura, o contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses e se encerrará concomitantemente com a declaração de cumprimento integral de seu objeto pela Secretaria competente.

3.2. Excepcionalmente, a vigência do contrato poderá ser prorrogada mediante termo aditivo e aprovação do CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado e desde que haja autorização formal da autoridade competente, observados os seguintes requisitos:

- a) os serviços tenham sido prestados regularmente;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

- b) o CONTRATANTE mantenha interesse na realização do serviço;
- c) o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para o CONTRATANTE;
- d) a CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

3.3. A CONTRATADA não terá direito subjetivo à prorrogação do prazo contratual, o qual deverá ser promovido mediante a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1. A contar da data de recebimento da ordem de início dos serviços, a CONTRATADA terá o prazo de até 120 (cento e vinte) dias corridos para executar o objeto deste contrato.

4.2. A CONTRATADA só poderá iniciar a execução do objeto depois do recebimento da ordem de início dos serviços, a qual somente será emitida pela Seção de Arquitetura e Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação depois da liberação do início da obra pelos técnicos da Caixa Econômica Federal (CEF), conforme previsto no Contrato de Repasse n.º 892556/2019/MC/CAIXA.

4.3. Para receber a ordem de início dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a ART do CREA ou a RTT do CAU, conforme o caso, para a execução do objeto, devidamente quitada e com o comprovante de Visto do CREA/RS ou do CAU/RS quando sua circunscrição não seja o Estado do Rio Grande do Sul, à Seção de Arquitetura e Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação.

4.4. A execução do objeto deverá ser iniciada no prazo de até 05 (cinco) dias depois do recebimento da ordem de início dos serviços.

4.5. Se por culpa da CONTRATADA, sem justificativa aceita pela fiscalização do CONTRATANTE, houver atraso na execução do objeto que resulte na necessidade de prorrogar o prazo de vigência do Termo de Compromisso firmado com a União, através da Caixa Econômica Federal (CEF), o pagamento de todas as despesas e taxas administrativas cobradas pela Caixa Econômica Federal (CEF) para aditar o referido Termo será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE, ao qual será facultado reter os valores devidos dos pagamentos a que a CONTRATADA ainda fizer jus pela execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. Além de proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa executar o objeto de acordo com as normas pactuadas, também são obrigações do CONTRATANTE:

a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

b) exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

c) notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

d) pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos, e mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada, depois de constatado o cumprimento das obrigações da CONTRATADA;

e) efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura de serviços da CONTRATADA, em conformidade com a legislação tributária em vigor;

f) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

g) efetuar diariamente, ou quando julgar necessário, inspeções nos locais em que estarão sendo realizados os serviços, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, limpeza e asseio, bem como se os serviços estão sendo realizados dentro das condições e descrições pactuadas;

h) promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1.º e 2.º do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/1993;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

i) não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como exercer o poder de mando sobre os colaboradores da CONTRATADA, devendo reportar-se somente ao(s) preposto(s) ou responsável(is) por ela indicados, ou direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na CONTRATADA;

j) fiscalizar mensalmente, por amostragem ou não, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

1) a concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

2) o pagamento dos salários e o recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos colaboradores que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

3) o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos colaboradores dispensados até a data da extinção do contrato;

k) assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho.

5.2. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer exigências relativas à prevenção de acidentes, sempre que julgar necessário ou houver mudança de legislação específica, com o objetivo de proteger os colaboradores, bens e equipamentos ou a comunidade.

5.3. A fiscalização do CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer tempo, que a CONTRATADA apresente a relação de todos os colaboradores alocados na execução do objeto deste contrato, com indicação individualizada da função de cada profissional, bem como cópia das carteiras de trabalho com registro de todos os colaboradores, dos respectivos atestados de saúde ocupacional (ASO) e dos comprovantes de cumprimento das obrigações previdenciárias e para com o FGTS e de pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos colaboradores, dentre outros documentos que entender necessários para verificar o pleno atendimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá observar o estabelecido em sua proposta de preços e no memorial descritivo, no orçamento discriminado, no cronograma físico-financeiro e nos desenhos técnicos disponibilizados pelo CONTRATANTE, os quais integram este contrato, independentemente de transcrição.

6.2. O CONTRATANTE, através dos servidores designados, e a CONTRATADA definirão em conjunto a metodologia de trabalho mais apropriada para a execução dos serviços sempre que ocorrerem situações não previstas neste contrato e no edital da licitação e seus anexos.

6.3. A CONTRATADA deverá apresentar **garantia** para a execução do contrato no prazo e na forma previstos na Subcláusula 7.1.

6.4. A CONTRATADA deverá inscrever as obras no **Cadastro Nacional de Obras (CNO)** no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB n.º 1.845, de 22 de novembro de 2018.

6.5. A CONTRATADA deverá indicar e manter junto às suas equipes de colaboradores um preposto para representá-la durante a execução do contrato, com experiência e devidamente habilitado para receber instruções do CONTRATANTE, bem como para proporcionar toda a assistência necessária à prestação dos serviços e sanar imediatamente as irregularidades apontadas pela fiscalização, caso possível.

6.6. A CONTRATADA declara, pelo presente contrato, que tomou pleno conhecimento das condições do local onde serão realizados os serviços e obras, tendo analisado todas as informações e especificações técnicas fornecidas pelo CONTRATANTE e que está ciente do grau de dificuldade que enfrentará para a execução dos serviços, não podendo alegar desconhecimento de qualquer fato ou condições que possam vir a comprometer o cumprimento das obrigações previstas neste contrato.

6.7. A CONTRATADA deverá manter vigilância permanente no canteiro de obra, bem como deverá responsabilizar-se, até o recebimento definitivo da obra, pela guarda, manutenção, limpeza e vigilância de toda a parte executada e dos materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução dos serviços.

6.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar a mão de obra, os equipamentos, os EPIS e os materiais desde o primeiro dia da execução dos serviços.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

6.9. A CONTRATADA deverá utilizar somente materiais de primeira qualidade na execução do objeto contratado, responsabilizando-se pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar e respondendo pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos, sejam eles fornecidos ou não pelo CONTRATANTE.

6.10. A CONTRATADA é responsável pela qualidade das obras, materiais e serviços executados, inclusive pela promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

6.11. As impropriedades apontadas pelos fiscais designados pelo CONTRATANTE, e pelos órgãos de fiscalização e controle, deverão ser corrigidas pela CONTRATADA sem qualquer custo adicional para o CONTRATANTE.

6.12. A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, bem como conceder livre acesso à ampla ação dos setores responsáveis pela fiscalização e pelo controle interno e externo, permitindo o livre acesso aos processos, documentos, informações, registros contábeis e aos serviços e obras em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

6.13. A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para participar do processo licitatório.

6.14. A CONTRATADA será responsável pela adequação de suas operações e atividades com relação a todos e quaisquer aspectos de saúde, segurança e medicina do trabalho, meio ambiente e higiene.

6.15. Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o dimensionamento e registro do SESMT – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (NR-04), assim como a elaboração do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (NR-09) e do PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (NR-07), devendo apresentá-los à fiscalização sempre que solicitado, assim como os ASO – Atestados de Saúde Ocupacionais dos novos colaboradores.

6.16. Sem prejuízo de outras obrigações decorrentes da execução do objeto deste contrato, a CONTRATADA deverá:

a) atender a todas as premissas e normas de caráter contratual previstas no edital e no respectivo memorial descritivo, endossando o projeto no seu todo ou apresentando alterações que julgar convenientes, sendo que não serão aceitas alternativas de equipamentos ou da solução projetada;

b) cumprir as especificações da ABNT/NBR, das normas de segurança do trabalho e das demais normas técnicas e legais referentes à execução do objeto deste contrato, bem como as instruções do CONTRATANTE, de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do CONTRATANTE, as quais serão consideradas como elemento para quaisquer serviços ou fornecimentos de peças, componentes e materiais, não sendo admitida, em qualquer hipótese, a alegação de ignorância ou desconhecimento pela CONTRATADA. Quando estas faltarem ou forem omissas, deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos/entidades internacionais reconhecidos como referência técnica, bem como as recomendações dos fabricantes dos equipamentos e materiais que compõem o objeto;

c) manter a frente dos trabalhos engenheiro civil e/ou arquiteto especialmente credenciado para representá-la junto à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a jornada diária de trabalho;

d) alocar os colaboradores que se fizerem necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, devidamente registrados conforme a CLT e demais normas trabalhistas, além de fornecer todos os materiais, equipamentos, máquinas, ferramentas e utensílios que se fizerem necessários para a execução do objeto, na qualidade e quantidade mínimas especificadas nos memoriais descritivos, em sua proposta e neste contrato;

e) empregar funcionários com qualificação compatível para a perfeita execução dos serviços;

f) disponibilizar ao CONTRATANTE, sempre que este solicite, a relação nominal dos colaboradores que serão alocados para a execução dos serviços;

g) esclarecer previamente com o CONTRATANTE toda e qualquer dúvida referente à execução dos serviços correspondentes, antes de iniciar a execução dos serviços;

h) fornecer, sempre que solicitados pelo CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos colaboradores alocados na execução da obra;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

i) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

j) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste contrato;

k) paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens do CONTRATANTE ou de terceiros;

l) instruir seus colaboradores a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

m) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1.º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993;

n) transportar até o local exato dos serviços, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, tudo o que for necessário para a execução do objeto (materiais, máquinas, ferramentas, etc.);

o) reparar, corrigir, remover ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo a ser estabelecido pela fiscalização, os serviços que, a juízo do representante do CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados em desacordo com as normas técnicas vigentes;

p) substituir, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, pessoa e/ou empregado sob sua responsabilidade cuja permanência no local de execução da obra esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos;

q) remover, após a conclusão dos trabalhos, os entulhos, restos de materiais e lixo de qualquer natureza provenientes dos serviços objeto do presente contrato, entregando o local limpo e em condições de uso;

r) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentadoras sobre medicina e segurança no trabalho, treinando seus colaboradores e fornecendo todos os equipamentos de proteção individual (EPI) que se fizerem necessários, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento contratual;

s) construir e manter seus escritórios, alojamentos e demais dependências no canteiro da obra, dentro das condições de absoluta higiene e segurança do trabalho;

t) sinalizar ou até isolar (conforme o caso) convenientemente o local de execução do objeto, objetivando a segurança de seus colaboradores, dos servidores do CONTRATANTE ou de terceiros, bem como adotar as medidas preventivas de acidentes recomendadas pelas normas de trânsito e de segurança vigentes, durante a execução dos serviços. As sinalizações deverão ser com placas alusivas ao fato, legíveis e claras para as execuções em ambiente externo;

u) efetuar registro de empreitada no CREA ou no CAU, conforme o caso, em observância ao disposto na legislação vigente;

v) manter no local da execução do objeto um diário de obra para anotações técnicas do andamento dos serviços;

w) submeter todos os materiais a serem empregados na obra à aprovação do técnico responsável pela fiscalização da mesma;

x) colocar placa para identificação do empreendimento, segundo o modelo a ser fornecido pela Seção de Arquitetura e Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação, em conformidade com as exigências do Governo Federal;

y) comunicar imediatamente à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra ou serviço dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas adequadas;

z) responsabilizar-se civilmente pelo serviço e pela idoneidade técnica e moral de seus empregados ou prepostos, bem como pela boa qualidade dos serviços prestados e pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Secretaria interessada;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

aa) assumir inteira e expressa responsabilidade pelo pagamento das obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e de todas as demais despesas resultantes da execução do presente contrato, bem como pelo registro do contrato junto ao CREA/RS;

bb) não interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;

cc) permitir e facilitar à fiscalização do CONTRATANTE a inspeção das obras ou serviços, prestando as informações por ela solicitadas;

dd) fornecer todos e quaisquer laudos, ensaios e controles tecnológicos que sejam exigidos pela fiscalização e normas técnicas vigentes, sem ônus para o CONTRATANTE;

ee) apresentar o *AS BUILT* ao final da obra.

6.17. A utilização temporária de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto deste instrumento contratual não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para o CONTRATANTE.

6.18. O vínculo jurídico entre as partes não gerará qualquer relação de subordinação ou de trabalho, principalmente entre os profissionais pertencentes à CONTRATADA e o CONTRATANTE, sendo que a responsabilidade trabalhista, fiscal e previdenciária, quando houver, será assumida e suportada integralmente pela CONTRATADA.

6.19. A CONTRATADA será responsável exclusiva pelo adimplemento dos encargos e recolhimentos previdenciários, trabalhistas, fiscais, acidentários, bem como pelos salários, horas-extras, adicionais, décimo terceiro salário, FGTS, Imposto de Renda, Imposto sobre Serviços e afins, devidos por qualquer forma aos seus funcionários, já que a CONTRATADA é a única responsável pelo vínculo empregatício com os mesmos, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade no tocante a tais encargos e recolhimentos.

6.20. Além dos encargos discriminados na Subcláusula anterior, é responsabilidade da CONTRATADA efetuar as anotações em carteiras de trabalho e previdência social, consoante as normas da categoria profissional a que pertencem os seus empregados, ficando facultado ao CONTRATANTE a fiscalização necessária para a verificação do fiel cumprimento por parte da CONTRATADA desses ônus e obrigações.

6.21. Sempre que solicitado pelo fiscal de contrato, a CONTRATADA deverá elaborar e encaminhar relatório sobre os serviços efetivamente executados e a relação dos funcionários utilizados na execução dos mesmos, bem como apresentar os comprovantes de adimplemento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de sua responsabilidade, para fins de fiscalização e acompanhamento.

6.22. Caso a existência de vínculo trabalhista venha ser reconhecida, ainda que por decisão judicial, fica ciente a CONTRATADA da obrigação de indenizar o CONTRATANTE de todos os valores dispendidos em decorrência do reconhecimento do vínculo, inclusive custas judiciais e honorários de advogado, obrigando-se a este pagamento no prazo a ser definido pelo CONTRATANTE, sob pena de inscrição em dívida ativa não-tributária.

6.23. Não quitado o débito no vencimento estipulado, ficará o mesmo sujeito à correção monetária até a sua efetiva e integral liquidação, que se dará acrescida de juros de mora de 1% ao mês, *pro rata die*, e de multa de 10% sobre o valor total do débito, acrescido das despesas judiciais e extrajudiciais de cobrança.

6.24. A CONTRATADA deverá cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima.

6.25. A CONTRATADA deverá aceitar que o CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.26. A CONTRATADA deverá aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

6.27. No caso de demanda judicial decorrente da execução deste contrato e que envolva interesse de qualquer dos partícipes, as demais partes deverão fornecer, em prazo hábil para defesa em juízo, todas as informações e documentos necessários para atuação judicial, bem como deverão participar ativamente do processo judicial, praticando todos os atos que lhes couberem, sob pena de inexecução contratual.

6.28. Durante 05 (cinco) anos após o recebimento definitivo dos serviços e obras, a CONTRATADA responderá por sua qualidade e segurança nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do CONTRATANTE.

6.29. Se a CONTRATADA recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, poderá o CONTRATANTE efetuar os reparos e substituições necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da CONTRATADA.

6.30. A CONTRATADA responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratadas; bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar o CONTRATANTE por quaisquer pagamentos que seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.

6.31. A presença da fiscalização durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência desta não implicará solidariedade ou corresponsabilidade do CONTRATANTE com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, na forma da legislação em vigor.

6.32. Qualquer auxílio prestado pela fiscalização na interpretação deste contrato e do memorial descritivo; dos desenhos técnicos; do cronograma físico-financeiro e do orçamento referentes ao objeto contratado, bem como na condução dos trabalhos, não poderá ser invocado para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços e obras.

6.33. As disposições constantes neste contrato não excluem outras obrigações de natureza contratual previstas no edital e no memorial descritivo, eventualmente não constantes neste contrato, e nem o dever de cumprimento da legislação em vigor.

6.34. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas neste contrato, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia para a execução do contrato no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis depois da assinatura do contrato, em importância equivalente a 5% do valor total do contrato, devendo ter validade durante a execução do contrato e pelo período de até 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência do mesmo, cabendo à CONTRATADA optar por uma das modalidades elencadas no § 1.º do artigo 56 da Lei Federal n.º 8.666/93:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia; ou,
- c) fiança bancária.

7.1.1. Excepcionalmente, o prazo estabelecido na Subcláusula 7.1 poderá ser prorrogado mediante termo aditivo e aprovação do CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a apresentação da garantia solicitada no prazo acordado, sendo que o pedido de prorrogação deverá ser requerido oficialmente e por escrito pela CONTRATADA, com as devidas justificativas.

7.1.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2%.

7.1.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

7.2. A caução em dinheiro deverá ser depositada em favor do CONTRATANTE, em conta específica em instituição financeira a ser indicada pela Seção de Contabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, com correção monetária.

7.3. Caso a CONTRATADA opte por apresentar títulos da dívida pública, os mesmos deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido no contrato, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aquelas previstas no artigo 2.º da Lei Federal n.º 10.179/01.

7.4. Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil.

7.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger todo o prazo do contrato e, ainda, um período de, no mínimo, 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

7.5.1. Em caso de prorrogação do contrato, a garantia oferecida deverá ser estendida de forma a contemplar o novo período.

7.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e,

d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

7.7. Não será aceita prestação de garantia em cujos termos não constem expressamente todos os eventos indicados nas alíneas “a” a “d” da Subcláusula 7.6, supra.

7.8. A garantia servirá para o fiel cumprimento do contrato, respondendo inclusive pelas multas eventualmente aplicadas.

7.9. O CONTRATANTE fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA, de seu preposto ou de quem em seu nome agir.

7.9.1. A autorização contida na Subcláusula imediatamente acima é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

7.10. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4.º do artigo 56 da Lei n.º 8.666/93.

7.11. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.12. A garantia será restituída automaticamente, ou por solicitação, no prazo de até 90 (noventa) dias contados do final da vigência do contrato ou da rescisão, em razão de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei, somente após comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

7.12.1. Caso a CONTRATADA não efetive o cumprimento dessas obrigações até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual ou da rescisão, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pelo CONTRATANTE.

7.13. A devolução da garantia ficará condicionada à comprovação pela CONTRATADA, da inexistência de débitos trabalhistas.

7.14. A devolução da garantia contratual pressupõe, por sua essência, a plena satisfação de todas as obrigações contratuais, e também envolve, por certo, a quitação dos encargos de índole trabalhista advindas da execução do contrato. Assim, mostra-se justo e coerente condicionar a devolução da garantia contratual face à prova de quitação de todas as verbas trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto contratado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

7.15. Na hipótese de inexecução e/ou atraso na execução do objeto, a garantia somente será devolvida após a apuração da aplicabilidade de sanção administrativa, descontados os valores correspondentes a eventuais multas aplicadas.

7.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente no pagamento de qualquer obrigação decorrente da execução do contrato, inclusive de multas, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição desse valor no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis contados da data em que for notificada pelo CONTRATANTE, através da Secretaria competente.

7.17. Caso ocorra a prorrogação da vigência ou a alteração do valor do contrato, observadas as disposições constantes nos artigos 57e 65 da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA deverá, a cada celebração de termo aditivo, providenciar a devida renovação da garantia prestada, tomando-se por base o valor atualizado do contrato.

7.18. O CONTRATANTE não executará a garantia somente na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores do CONTRATANTE.

7.19. Cabe ao próprio CONTRATANTE apurar a isenção da responsabilidade prevista na Subcláusula acima, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo CONTRATANTE.

7.20. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não aquelas previstas na Subcláusula 7.18.

7.21. Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso o CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

7.22. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no instrumento convocatório e neste contrato.

7.23. Sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, a garantia reverterá ao CONTRATANTE no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.24. O não cumprimento do disposto na Subcláusula 7.1 torna inválido o contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação e sujeitando a CONTRATADA às sanções administrativas previstas neste contrato.

7.25. A perda da garantia em favor do CONTRATANTE, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato poderá ser alterado de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, mediante termo aditivo.

8.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

8.3. As supressões resultantes de acordos celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. Nos termos do artigo 13, inciso II, Decreto Federal n.º 7.983/03, a participação na licitação e a celebração deste contrato implica em concordância tácita, por parte da CONTRATADA, com a adequação do projeto básico de engenharia que integra o processo licitatório, independentemente de transcrição, bem como que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

das peças, orçamento, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no inciso 1.º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

8.5. Em caso de celebração de termo aditivo, o serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, respeitados os limites do § 1.º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Através do fiscal de contrato e dos técnicos da Seção de Arquitetura e Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação, o CONTRATANTE fiscalizará, como melhor lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato e fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato, notificando a CONTRATADA a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

9.2. O pagamento é vinculado ao exercício desta fiscalização pelo CONTRATANTE, mediante a emissão de termo de liberação de pagamento e do controle dos prazos estabelecidos.

9.3. Resguardada a disposição das Subcláusulas precedentes, a fiscalização representará o CONTRATANTE e terá as seguintes atribuições:

a) agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive para rejeitar o objeto contratual que estiver em desacordo com as especificações exigidas;

b) emitir os termos de liberação de pagamento correspondentes e encaminhá-los, junto com as notas fiscais/faturas, à Secretaria Municipal de Gestão e Fazenda para liquidação e pagamento, após constatar o fiel cumprimento das obrigações contratuais;

c) exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas, emitindo as notificações que se fizerem necessárias;

d) sustar o pagamento de notas fiscais/faturas no caso de inobservância, pela CONTRATADA, de condições contratuais;

e) solicitar a aplicação, nos termos contratuais, de multa(s) e/ou de outras penalidades à CONTRATADA;

f) instruir o processo com o(s) recurso(s) interposto(s) pela CONTRATADA, no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s) e/ou de outras penalidades, quando essa discordar do CONTRATANTE;

g) encaminhar, se necessário, ao Setor competente as solicitações de adendo contratual, devidamente motivados e comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. O objeto será recebido pelos técnicos da Seção de Arquitetura e Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias a partir da comunicação enviada por escrito pela CONTRATADA.

10.2. O recebimento definitivo do objeto será feito mediante vistoria e aprovação final pelos técnicos da Seção de Arquitetura e Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação, após as adequações que se fizerem necessárias no objeto, as quais serão efetuadas às expensas da CONTRATADA, e depois da entrega da **Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Obra de Construção Civil (CND da obra)**, emitida nos termos do artigo 383-C da Instrução Normativa RFB n.º 971/2009.

10.3. A aprovação do objeto não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado com recursos financeiros da União e de contrapartida do CONTRATANTE e dependerá da prévia liberação dos recursos financeiros pelos técnicos da Caixa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

Econômica Federal (CEF), depois de atestada pelos mesmos a execução física de cada etapa do empreendimento e em conformidade com a disponibilidade financeira do Gestor do Programa Federal, conforme previsto no Contrato de Repasse n.º 892556/2019/MC/CAIXA.

11.2. Pela execução do objeto descrito na Subcláusula 1.1, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ (.....).

11.3. O pagamento será realizado de forma parcelada, de acordo com o cronograma físico-financeiro e em até 15 (quinze) dias depois da liquidação do empenho.

11.4. O pagamento será realizado através de depósito em conta corrente em nome da CONTRATADA, informada pela mesma na proposta de preços, sendo que em hipótese alguma será realizado pagamento por outros meios, tais como o boleto bancário ou cheque.

11.4.1. A CONTRATADA deverá manter atualizada essa conta corrente junto ao cadastro único do CONTRATANTE durante toda a vigência deste contrato.

11.4.2. Quando do pagamento, o CONTRATANTE fará a retenção tributária, nos termos da legislação aplicável.

11.5. Para receber o pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar:

a) a nota fiscal/fatura, devidamente atestada por servidor do CONTRATANTE, contendo o **número deste contrato, o número da licitação, o número do Contrato de Repasse e o nome do Programa federal;**

b) o termo de liberação de pagamento a ser emitido pela Seção de Arquitetura e Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação;

c) o **Comprovante de Inscrição de Obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO)**, vinculada ao CNPJ do estabelecimento matriz da CONTRATADA, conforme a Instrução Normativa RFB n.º 1.845/2018;

d) as certidões negativas de débitos trabalhistas (CNDT), do FGTS e de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751/14, as quais deverão estar atualizadas e em plena vigência;

e) uma cópia da GFIP com as informações referentes à obra com comprovante de entrega, da folha de pagamento específica para a obra e do documento de arrecadação identificado com a matrícula da obra, relativos à mão-de-obra própria utilizada pela CONTRATADA.

11.6. Para receber a última parcela do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Obra de Construção Civil (CND de baixa da obra), emitida nos termos do artigo 383-C da Instrução Normativa RFB n.º 971/2009.

11.7. Para fins de pagamento e de liquidação do empenho, a CONTRATADA deverá observar a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme legislação tributária em vigor.

11.7.1. Sempre que for necessária, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) deverá ser enviada pela CONTRATADA para o e-mail a ser informado pela fiscalização.

11.7.2. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ mesmo aquele de filial ou da matriz.

11.8. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente identificado, na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal da CONTRATADA.

11.9. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução do objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devida por erro ou má interpretação por parte da CONTRATADA.

11.10. É vedado à CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes deste contrato.

11.11. A CONTRATADA não poderá estar em débito com a Fazenda Municipal, sob pena de bloqueio e/ou compensação no pagamento a que fizer jus.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

11.12. A critério do CONTRATANTE, poderão ser descontadas dos valores devidos as quantias necessárias para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

11.12.1. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à CONTRATADA será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhe são inerentes.

11.13. A não manutenção das condições de habilitação e qualificação constatadas a qualquer tempo poderá resultar na aplicação de sanções e na rescisão contratual.

11.14. Caso constatado, no momento do pagamento, a irregularidade quanto à manutenção das condições de habilitação, a CONTRATADA será notificada para que regularize a situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo apresente sua defesa.

11.14.1. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE, a depender de justificativa apresentada pela CONTRATADA.

11.14.2. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

11.14.3. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

11.14.4. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA irregular, salvo por motivo de economicidade, segurança municipal ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do CONTRATANTE.

11.15. Ocorrendo eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido será corrigido monetariamente pelo IPCA/IBGE do período, ou pelo índice que vier a substituí-lo, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e o CONTRATANTE compensará a CONTRATADA com juros de mora de 0,5% ao mês, *pro rata die*.

11.15.1. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.15.2. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão a cargo dos créditos abertos através da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 15 – Secretaria Municipal de Esporte
Unidade: 2 – Departamento de Esporte e Lazer
Função: 27 – Desporte e Lazer
Subfunção: 812 – Desporte e Lazer
Programa: 189 – Nossa cidade, nossos campeões
Ação: 1118 – Construção, ampliação e remodelação de espaços esportivos e de lazer
Elemento: 344905100000000 – Obras e instalações

12.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), se necessário, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

13.1. Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei n.º 8.666-93 será concedido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante prévio requerimento da CONTRATADA, a qual deverá comprovar, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

13.2. Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido o seu equilíbrio econômico-financeiro.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE

14.1. Sempre que a execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será permitido o reajuste do valor consignado no contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano a contar da data limite para apresentação da proposta, ou do último reajuste, e desde que deduzida eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, sendo que o reajuste deverá ser solicitado pela CONTRATADA e que poderá haver negociação entre as partes.

14.2. O índice de reajuste terá como indexador a variação do IPCA/IBGE do período, ou do índice que vier a substituí-lo.

14.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Cometerá infração administrativa, nos termos da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA quando, dentre outras hipóteses:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) subcontratar, associar-se com outrem, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto contratado, sem prévia autorização da fiscalização;
- i) deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos, do contrato ou de determinação formal ou instrução complementar da fiscalização;
- j) fraudar na execução do contrato;
- k) der causa à rescisão do contrato, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE.

15.2. Considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento da execução do contrato, tais como, dentre outros: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

15.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência por escrito quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto contratado;
- b) suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Direta do CONTRATANTE, pelo prazo de até dois anos;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados;
- d) multa de:

1) 0,33% por dia de atraso, na execução do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

2) 0,66% por dia de atraso, na execução do objeto, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

3) 5% sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos números 1 e 2;

4) 15% em caso de recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato, calculado sobre a parte inadimplente;

5) 20% sobre o valor do contrato, pela inexecução total do contrato.

15.4. Após o limite estabelecido no número 1 da alínea “d” da Subcláusula 15.3 (ou seja, após o trigésimo dia) e a critério do CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.

15.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

15.6. Também ficam sujeitos às penalidades do artigo 87, III e IV, da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o CONTRATANTE em virtude de atos ilícitos praticados.

15.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei Municipal n.º 5.158/14 e na Instrução Normativa n.º 02/19.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta da CONTRATADA, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do CONTRATANTE, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na dívida ativa do CONTRATANTE e cobrados judicialmente.

15.10. Caso o CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de até 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.11. Nenhum pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15.12. As sanções aplicadas à CONTRATADA serão inscritas no seu respectivo Cadastro de Registro de Fornecedor.

15.13. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, não excluindo a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei n.º 8.666/93, incluindo a responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE.

15.14. É facultado ao CONTRATANTE utilizar o valor da garantia contratual no caso de aplicação de multas.

15.15. Quando a multa tiver valor superior ao da garantia prestada, a mesma poderá ser descontada de eventuais pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

a) nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, com as consequências indicadas no artigo 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

b) amigavelmente, nos termos do artigo 79, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

16.2. O contrato será rescindido se a licitação não for aprovada pelos técnicos da Caixa Econômica Federal (CEF), responsáveis pela análise pós-contratual da licitação e pela autorização para início da obra, conforme previsto no Contrato de Repasse n.º 892556/2019/MC/CAIXA.

16.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

16.4. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei n.º 8.666/93.

16.5. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) indenizações e multas.

16.6. No caso de obras, o não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato será causa de rescisão por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes contratantes declaram-se, ainda, cientes e conformes com todas as disposições e regras atinentes a contratos contidas no instrumento convocatório da dispensa de licitação e na Lei Federal n.º 8.666/93, bem como com todas as especificações previstas nos respectivos projetos técnicos, orçamento, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro referentes ao objeto descrito na Subcláusula 1.1, ainda que não estejam expressamente transcritos neste instrumento.

17.2. Os casos omissos serão analisados e solucionados à luz da Lei Federal n.º 8.666/93 e da legislação pertinente.

17.3. A CONTRATADA reconhece as prerrogativas asseguradas ao CONTRATANTE pelo artigo 58 da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como os direitos do mesmo no caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 e seguintes do referido diploma legal.

17.4. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

17.5. Qualquer tolerância do CONTRATANTE, quanto a eventuais infrações contratuais, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

17.6. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requerer informações e/ou esclarecimentos da CONTRATADA, bem como acompanhar a execução de todas as atividades objeto do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Para dirimir as questões oriundas do presente CONTRATO ou de sua execução, as partes elegem, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de Santa Rosa, RS.

E, por estarem justas e acertadas, assinam este contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Santa Rosa, ... de de 2022.

ANDERSON MANTEI,

Prefeito.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

XXXXXXXXXX,
Contratada.

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: